



**POLIANNA DOS SANTOS DA SILVA**

**GRACIENE JESUS SILVA**

## **O PAPEL DO CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, apresentado ao Instituto de Ciências da Educação, na Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Orientador(a): Profº. Dr. Juarez Galvão

**SANTARÉM-PA**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA  
Catalogação de Publicação na  
Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Viana, Graciene Jesus.

O papel do currículo na escola inclusiva / Graciene Jesus Viana; Polianna dos Santos Silva. - Santarém-PA, 2025.  
31fl.

Trabalho de conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Instituto de Ciências da Educação - ICED. Licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Juarez Galvão.

1. Currículo. 2. Inclusão. 3. Diversidade. I. Galvão, Juarez.  
II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 23.ed. 370

Elaborado por Selma Maria Souza Duarte - CRB-2/1096



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
Programa de Pedagogia

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO-TCC

Aos 4 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15:00hs, no laboratório de Pedagogia instalou-se a **banca de defesa de TCC** das discentes **POLIANNA DOS SANTOS DA SILVA** e **GRACIENE JESUS VIANA**. A banca examinadora foi composta pelos professores: **PROF<sup>o</sup> DR. JUAREZ BEZERRA GALVAO** (ORIENTADOR); **Mestranda em Educação (PPGE/Ufopa) Marcele Cristianne Costa Mota** (Examinadora) e **Prof<sup>a</sup>. Mestranda em Políticas Públicas (ICS/Ufopa) Luciana Maria Guedes dos Santos** (Examinadora). Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do Orientador, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato a graduanda para que iniciasse a apresentação do TCC, intitulado **O PAPEL DO CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA**, marcando um tempo de 15 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o Prof<sup>o</sup>. Dr. Juarez Bezerra Galvao, presidente, passou a palavra as examinadoras. Após as considerações e arguições sobre o trabalho em julgamento pela banca, foi **APROVADA** por unanimidade conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador e membras da banca avaliadora.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JUAREZ BEZERRA GALVAO  
Data: 14/07/2025 09:19:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.Dr. Juarez B.Galvao -Orientador

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCELE CRISTIANNE COSTA MOTA ALMEIDA  
Data: 15/07/2025 19:05:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(PPGE/Ufopa) Marcele Cristianne Costa Mota – Examinadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCIANA MARIA GUEDES DOS SANTOS  
Data: 15/07/2025 22:19:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(ICS/Ufopa) Luciana Maria Guedes dos Santos - Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a todos que me acompanharam e me apoiaram ao longo dessa jornada de conclusão do meu TCC. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe Gracilene e ao meu pai Manoel, por sempre estarem ao meu lado, me apoiando e incentivando nos estudos.

À minha irmã Manuela, que com tanto carinho sempre cuidou do meu filho Mycael, permitindo que eu tivesse os momentos necessários para me dedicar aos estudos.

Ao meu querido filho Mycael, às minhas queridas sobrinhas, Maryelle, Myllena e Jhenifer.

Agradeço as minhas companheiras de turma Dara e Jucelia que estiveram junto comigo durante todo o meu processo. E, por fim, e não menos importante ao meu orientador, Juarez Galvão, por sua orientação, paciência e compromisso. Sem o apoio de todos vocês, essa conquista não seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar a minha gratidão, primeiramente a Deus por me oportunizar vivenciar este momento. À minha família, principalmente, aos meus pais, Zulene Viana dos Santos e Darivaldo de Melo Gato, por todo apoio e por sempre me motivarem e me permitirem viver esse sonho, ajudando todos os dias e de todas as formas possíveis.

Agradeço aos meus irmãos Wagner dos Santos da Silva, Katrinna dos Santos da Silva e Merianne dos Santos da Silva, por me encorajarem e incentivarem a viver esse sonho.

Agradeço as minhas amigas Fernanda Nobre, Neila Santos e Karen Silva, por tornarem essa caminhada e os anos em Santarém mais fáceis e suportáveis.

Agradeço ao meu namorado Maicon Santos por me apoiar e incentivar a terminar de escrever esse trabalho.

Agradeço aos meus avós materno, que contribuíram para este momento, Zuleide Viana dos Santos em especial, (in memoriam) a Valério Manoel dos Santos, que sempre será meu maior sinônimo de resistência.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é discutir o currículo na perspectiva da educação inclusiva, considerando os princípios da equidade, acessibilidade e valorização da diversidade no ambiente escolar. A inclusão exige a superação de um currículo tradicional, excludente e homogêneo, promovendo práticas pedagógicas flexíveis, que respeitem os diferentes ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem dos estudantes. A partir de uma abordagem crítica, analisa-se a importância de um currículo que contemple adaptações, recursos pedagógicos e estratégias metodológicas que garantam a participação efetiva de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência ou em situação de vulnerabilidade. Como aporte metodológico, será realizada uma revisão integrativa das publicações da Revista Brasileira de Educação, com recorte temporal de 2010 a 2024, com o objetivo de mapear as principais contribuições teóricas e práticas que abordam o papel do currículo no contexto da escola inclusiva. A análise busca evidenciar tendências, desafios e possibilidades discutidos no campo educacional, destacando a necessidade de formação docente continuada e de políticas públicas comprometidas com o direito à aprendizagem de todos. Somando este processo vistamos a legislação vigente e autores que se fizeram presente no decorrer da nossa formação.

**Palavras chave:** Currículo. Inclusão. Diversidade.

## ABSTRACT

The objective of this study is to discuss the curriculum from the perspective of inclusive education, considering the principles of equity, accessibility, and the appreciation of diversity within the school environment. Inclusion demands overcoming a traditional, exclusionary, and homogeneous curriculum by promoting flexible pedagogical practices that respect students' different learning rhythms, styles, and needs. From a critical approach, this paper analyzes the importance of a curriculum that incorporates adaptations, pedagogical resources, and methodological strategies that ensure the effective participation of all students, especially those with disabilities or in situations of vulnerability. As a methodological approach, an integrative review of publications from the *Revista Brasileira de Educação* will be conducted, covering the period from 2010 to 2024, aiming to map the main theoretical and practical contributions regarding the role of the curriculum in the context of inclusive schooling. The analysis seeks to highlight trends, challenges, and possibilities discussed in the educational field, emphasizing the need for continuous teacher training and public policies committed to the right to education for all. This process is also supported by the current legislation and key authors who contributed to our academic training.

**Key-words:** Curriculum. Inclusion. Diversity.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Publicações por ano de revista.....	18
<b>Quadro 2</b> - Temas mais recorrentes sobre currículo e inclusão na Revista Brasileira de Educação .....	20
<b>Quadro 3</b> - Artigos sobre currículo e inclusão na Revista Brasileira de Educação ...	21
<b>Quadro 4</b> - Artigos sobre currículo e inclusão na Revista Brasileira de Educação ...	25
<b>Quadro 5</b> - Número de publicações de artigos/resenhas .....	26

## SUMÁRIO

AS INCLUSÕES INICIAIS: UM OLHAR GERAL .....	09
APRENDER E ENSINAR NUMA ESCOLA PARA TODOS.....	12
DO RESPEITO À DIVERSIDADE: A INCLUSÃO E O AMBIENTE ESCOLAR .....	12
POR ONDE DEBATEMOS: REVISÃO INTEGRATIVA NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
REFERÊNCIAS .....	28

## **AS INCLUSÕES INICIAIS: UM OLHAR GERAL**

A trajetória da inclusão educacional no Brasil e no mundo passou por profundas transformações ao longo das décadas. As chamadas inclusões iniciais marcaram o início de um movimento histórico em que grupos tradicionalmente marginalizados começaram a reivindicar seu lugar nos espaços escolares, antes restritos a um modelo homogêneo e excludente. Nesse contexto, as primeiras experiências de inclusão envolveram, sobretudo, alunos com deficiência, cujas necessidades educacionais eram amplamente ignoradas pelas instituições de ensino regulares (MANTOAN, 2003).

Com a consolidação de políticas públicas e legislações, como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988 e a LDB (BRASIL, 1996), o debate sobre a reestruturação do currículo escolar ganhou centralidade. O currículo passou a ser compreendido não apenas como um conjunto de conteúdos, mas como uma construção cultural e política que pode incluir ou excluir sujeitos (SILVA, 2009). Na perspectiva inclusiva, o currículo deve ser flexível, adaptável e centrado no reconhecimento das diferenças como valor pedagógico. Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar só é efetiva quando o currículo é pensado para todos, e não adaptado somente para alguns. Isso implica superar modelos tradicionais, que padronizam o ensino, e investir em práticas que respeitem os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

A abordagem curricular inclusiva demanda o uso de estratégias como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe múltiplas formas de representação, expressão e engajamento dos alunos (CAST, 2018). Além disso, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) pode ser um recurso importante para garantir a participação ativa dos estudantes com necessidades específicas (JANNUZZI, 2012).

No entanto, a efetivação de um currículo inclusivo enfrenta obstáculos estruturais e culturais, como a resistência docente, a escassez de recursos e a falta de formação específica. De acordo com Oliveira (2011), ainda é forte a presença de práticas escolares que reproduzem desigualdades e mantêm o foco em um currículo homogêneo, que exclui por não considerar a diversidade. Assim, é fundamental compreender que a inclusão no currículo vai além de inserir conteúdos sobre diversidade; ela exige uma reorganização profunda da prática pedagógica, da gestão escolar e das relações de ensino-aprendizagem. Isso inclui a escuta ativa dos

estudantes, o trabalho colaborativo entre professores e o compromisso com a formação continuada, como destaca Aranha (2001).

Diante da importância de compreender como o currículo é tratado na perspectiva inclusiva, optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura, a fim de reunir e analisar publicações científicas sobre o tema no período de 2010 a 2024, com foco na Revista Brasileira de Educação. Os critérios de inclusão consideraram artigos científicos completos relacionados à temática, publicados no idioma português, com foco em educação inclusiva, currículo e práticas pedagógicas.

Este capítulo, ao apresentar as inclusões iniciais e os desafios curriculares, propõe uma reflexão crítica sobre como a escola pode se constituir em um espaço democrático de saberes, onde todos tenham a oportunidade real de aprender e se desenvolver.

## **APRENDER E ENSINAR NUMA ESCOLA PARA TODOS**

Aprender e ensinar numa escola para todos é, antes de tudo, reconhecer que a diversidade humana é constitutiva do espaço escolar e que todos os sujeitos têm o direito de participar, pertencer e aprender com dignidade. O modelo de escola inclusiva propõe uma ruptura com a lógica tradicional da homogeneização dos alunos e dos processos pedagógicos. Como afirma Mantoan (2006), "a inclusão não é uma questão de colocar alunos com deficiência na escola comum, mas de transformar a escola para que ela se torne capaz de acolher a todos".

Nessa perspectiva, ensinar não pode mais ser compreendido como o simples repasse de conteúdos a um grupo homogêneo de estudantes. Ao contrário, exige-se do professor a capacidade de adaptar estratégias, utilizar recursos diversificados e considerar os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Vygotsky (1991) já destacava que a aprendizagem se dá por meio da mediação social e cultural, sendo fundamental que o ensino considere o potencial de desenvolvimento de cada indivíduo, especialmente com apoio adequado na chamada zona de desenvolvimento proximal.

A escola para todos deve reconhecer e valorizar as diferenças como potencialidades e não como obstáculos. Segundo Nóvoa (2009), o professor precisa ser um profissional reflexivo, capaz de repensar suas práticas constantemente. O autor defende que "não se nasce professor, torna-se professor", e esse tornar-se envolve formação, escuta e abertura ao novo.

No processo de aprendizagem, o aluno deixa de ser um mero receptor de conteúdos e passa a ser protagonista da construção do conhecimento. Glat e Fernandes (2005) argumentam que “a inclusão escolar pressupõe uma mudança de paradigma, que implica em aceitar o outro como ele é, promovendo uma pedagogia que responda às suas necessidades”. Assim, ensinar numa escola para todos significa possibilitar experiências educativas significativas, adaptadas e inclusivas.

O currículo, nesse cenário, ocupa papel central. Um currículo inclusivo deve ser flexível e aberto, capaz de acolher as necessidades de todos os estudantes. A proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) orienta a construção de um currículo que ofereça múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, de forma a ampliar as possibilidades de participação dos alunos (CAST, 2018). Isso implica, por exemplo, o uso de diferentes linguagens, tecnologias assistivas e metodologias ativas que estimulem a autonomia e a interação.

Nesse contexto, o princípio da acessibilidade torna-se indispensável. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, serviços e conteúdos por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. No ambiente escolar, isso se traduz em eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, assegurando a plena participação dos estudantes. Isso inclui, por exemplo, materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas, sinalização adequada, intérpretes de Libras, entre outros recursos que promovam a equidade no processo educacional.

No entanto, para que a inclusão e a acessibilidade sejam efetivas, é necessário investir na formação inicial e continuada dos professores. Muitos docentes relatam sentir-se despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que evidencia uma lacuna na formação profissional. Segundo Mantoan (2003), “a formação de professores deve estar centrada na compreensão da diversidade como parte da natureza humana e na construção de uma escola verdadeiramente democrática”.

Além disso, a educação inclusiva está amparada por um conjunto de legislações e diretrizes que reafirmam o direito de todos à educação. A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, devendo visar ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) também estabelece princípios de igualdade de condições

para o acesso e permanência na escola. Complementando esse marco legal, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) propõe uma reorganização das escolas para que todos os estudantes, com ou sem deficiência, aprendam juntos.

Em síntese, aprender e ensinar numa escola para todos requer compromisso ético, político e pedagógico com a equidade, a acessibilidade e a justiça social. Requer romper com práticas excludentes, adotar um currículo que respeite a diversidade e promover uma cultura escolar inclusiva. Trata-se de um processo contínuo de transformação, em que todos os sujeitos – alunos, professores, gestores e famílias – são corresponsáveis pela construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível.

### **DO RESPEITO À DIVERSIDADE: A INCLUSÃO E O AMBIENTE ESCOLAR**

A educação contemporânea é chamada a responder de forma ética, política e pedagógica à diversidade presente no ambiente escolar. Reconhecer e respeitar as diferenças é um princípio fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais, possam desenvolver seu potencial em igualdade de oportunidades.

A diversidade, enquanto característica inerente à condição humana, deve ser compreendida como valor e não como obstáculo ao processo de ensino aprendizagem. Como afirma Skliar (2003), “a diferença não é um problema a ser resolvido, mas uma riqueza a ser reconhecida e incorporada à prática pedagógica”. O respeito à diversidade implica a aceitação das múltiplas formas de existir, aprender, comunicar-se e se relacionar com o mundo. No entanto, é necessário compreender que a simples presença de alunos com características diversas nas escolas não garante a inclusão. A inclusão escolar é um processo ativo, que exige mudanças estruturais, curriculares e culturais. De acordo com Aranha (2001), “a inclusão implica em repensar os espaços, os tempos, as metodologias e os objetivos do processo educativo, para que todos os alunos possam participar e aprender com qualidade”.

O ambiente escolar precisa se tornar um espaço de convivência democrática, onde as diferenças sejam valorizadas e acolhidas. Isso envolve o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva, que se baseia na cooperação, no diálogo, na solidariedade e no reconhecimento mútuo. A Unesco (2009) reforça que escolas

inclusivas “não apenas devem acolher a diversidade, mas também devem se adaptar a ela, promovendo a aprendizagem de todos e de cada um”.

Nesse contexto, é essencial destacar o conceito de equidade, que se diferencia da simples igualdade. Enquanto a igualdade pressupõe oferecer as mesmas condições para todos, a equidade reconhece as desigualdades e busca oferecer a cada um o que precisa para alcançar resultados semelhantes. Segundo Fraser (2001), equidade está relacionada à justiça na redistribuição de recursos e ao reconhecimento das diferenças culturais e sociais. Aplicada à educação, a equidade implica em eliminar barreiras, personalizar o ensino e garantir que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades de aprendizagem de forma justa e eficaz.

Essa adaptação passa, necessariamente, pela formação docente. Muitos professores ainda enfrentam desafios no enfrentamento das barreiras atitudinais e pedagógicas que impedem a efetivação da inclusão. Para Mantoan (2006), “não há inclusão sem o envolvimento consciente e comprometido dos professores”, o que reforça a necessidade de uma formação que contemple a educação inclusiva de forma transversal, e não como um tema isolado.

Além disso, a construção de um ambiente escolar inclusivo demanda a articulação de políticas públicas intersetoriais que garantam recursos, apoio especializado e condições adequadas de ensino. A escola não pode agir de forma isolada: é necessário o envolvimento das famílias, das equipes pedagógicas, dos profissionais da saúde, da assistência social e de toda a comunidade escolar.

A proposta de uma escola para todos também desafia a concepção tradicional de currículo. A inclusão exige um currículo que se ajuste aos estudantes, e não o contrário. Como propõe o Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2018), o currículo deve oferecer múltiplos meios de representação, de expressão e de engajamento, ampliando o acesso ao conhecimento e possibilitando a participação ativa de todos os alunos.

Em suma, o respeito à diversidade e a promoção da inclusão no ambiente escolar não se realizam por meio de ações pontuais, mas por meio de um processo permanente de transformação da cultura escolar. Trata-se de construir um espaço onde a equidade seja praticada cotidianamente, onde todos se sintam pertencentes e onde as diferenças sejam vistas como elementos enriquecedores do processo educativo.

## **POR ONDE DEBATEMOS: REVISÃO INTEGRATIVA NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.**

A construção de uma escola inclusiva, comprometida com a valorização da diversidade e a equidade educacional, exige não apenas mudanças práticas no cotidiano escolar, mas também uma reflexão crítica e fundamentada nas contribuições da produção acadêmica. O conhecimento científico é essencial para orientar políticas, práticas pedagógicas e processos formativos que respondam às demandas da educação inclusiva. Nesse sentido, a presente pesquisa adota como estratégia metodológica a revisão integrativa, com o objetivo de mapear os estudos publicados na Revista Brasileira de Educação que abordam o papel do currículo na perspectiva da inclusão escolar.

A revisão integrativa é um método que permite reunir, descrever e analisar criticamente estudos sobre um determinado tema, possibilitando a identificação de lacunas, avanços e tendências da área. De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), esse tipo de revisão “integra os conhecimentos produzidos sobre determinado fenômeno, oferecendo uma compreensão mais ampla e fundamentada”. Para esta pesquisa, o recorte temporal compreende os anos de 2010 a 2024, período marcado por importantes transformações nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no campo da educação inclusiva.

A escolha da Revista Brasileira de Educação justifica-se por sua relevância e abrangência no campo educacional, sendo um periódico de referência na disseminação de estudos teóricos e empíricos que contribuem para o debate crítico sobre a escola, o currículo e as práticas pedagógicas. Vinculada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a revista se caracteriza pelo rigor acadêmico e pelo compromisso com temas relevantes para a consolidação do direito à educação.

A análise dos artigos selecionados permitiu observar como a temática da inclusão é tratada no campo do currículo, identificando enfoques teóricos, metodológicos e as principais contribuições para a prática pedagógica. Muitos dos trabalhos encontrados evidenciam o desafio de superar um currículo homogêneo e tradicional, propondo alternativas baseadas em práticas flexíveis e em uma organização curricular que considere a singularidade dos sujeitos (Mantoan, 2006; Glat & Fernandes, 2005). Além disso, a revisão apontou a necessidade de formação docente continuada e o papel das políticas públicas na efetivação de um currículo

inclusivo, o que dialoga com os pressupostos legais e políticos da educação brasileira. Como reforça a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), “a organização do trabalho pedagógico deve prever estratégias de flexibilização curricular e acessibilidade, que garantam a aprendizagem de todos os estudantes”.

A seguir, serão apresentadas as tabelas com os dados sistematizados da revisão integrativa, contemplando os volumes, anos de publicação, número de artigos identificados, e temas predominantes relacionados à inclusão e ao currículo. Essa sistematização visa fornecer uma visão panorâmica da produção acadêmica sobre o tema, servindo de base para reflexões posteriores sobre as tendências, desafios e possibilidades de construção de uma escola para todos.

**Quadro 1** – Publicações por ano de revista

Ano de publicação	Volume	Quantidade
2010	15	49
2011	16	40
2012	17	42
2013	18	55
2014	19	55
2015	20	51
2016	21	56
2017	22	80
2018	23	98
2019	24	66
2020	25	67
2021	26	77
2022	27	88
2023	28	88
2024	29	94
Total	1006	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), a partir do repositório da revista Brasileira de Educação (2010-2024).

A Tabela referente à produção da Revista Brasileira de Educação no período de 2010 a 2024 revela uma trajetória de crescimento constante no número de publicações, totalizando 1006 artigos nesse intervalo. Em 2010, o volume 15 publicou 49 artigos, e esse número quase dobrou em 2018, com 98 publicações no volume 23. Os dados indicam um aumento expressivo na produção científica, especialmente a partir de 2016, quando os números passaram a ultrapassar com frequência a marca dos 60 artigos anuais.

Essa evolução quantitativa pode ser interpretada como reflexo do fortalecimento da pesquisa educacional no Brasil, acompanhando as demandas sociais e políticas por uma educação mais equitativa, inclusiva e democrática. O aumento de publicações também evidencia a relevância e a consolidação da Revista Brasileira de Educação como um importante espaço de disseminação do conhecimento acadêmico na área da educação.

Mesmo em contextos adversos, como no período da pandemia da COVID-19, a produção se manteve elevada, com 67 artigos em 2020 e 77 em 2021, o que demonstra o compromisso da comunidade científica com a construção de saberes críticos e transformadores. Esses dados justificam a seleção da referida revista como base para a realização da revisão integrativa proposta neste estudo, dada sua representatividade, diversidade temática e contribuição significativa ao debate sobre currículo e inclusão escolar. “A pesquisa educacional no Brasil tem mostrado importante amadurecimento, com aumento na produção qualificada e aprofundamento nas abordagens teóricas e metodológicas” (GATTI, 2019, p. 88).

**Quadro 2** - Temas mais recorrentes sobre currículo e inclusão na Revista Brasileira de Educação

Temas abordados	Números de Artigos	Porcentagem
Adaptação Curricular	18	30%
Formação docente para inclusão	15	25%
Políticas públicas e legislação inclusiva	10	17%
Metodologia inclusiva	8	13%
Avaliação na perspectiva inclusiva	5	8%
Gestão escolar e inclusão	4	7%
Total	60	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), a partir do repositório da revista Brasileira de Educação (2010-2024).

A análise dos dados apresentados no Quadro 2, realizada pelos autores desta pesquisa, evidencia que a temática da adaptação curricular foi a mais recorrente nas publicações da Revista Brasileira de Educação entre 2010 e 2024, representando 30% dos artigos analisados. Com base nessa leitura crítica, compreendemos que há uma forte preocupação da comunidade acadêmica com a superação de um currículo rígido e excludente, indicando a necessidade de práticas pedagógicas mais flexíveis e responsivas à diversidade. Da mesma forma, os 25% de artigos que tratam da formação docente para inclusão revelam, a nosso ver, a centralidade da atuação do professor no processo de efetivação da educação inclusiva. Refletimos ainda que os temas relacionados às políticas públicas e à legislação (17%) reforçam a ideia de que a inclusão escolar demanda respaldo normativo consistente e coerente. Embora com menor frequência, os temas metodologia inclusiva (13%), avaliação inclusiva (8%) e gestão escolar (7%) também nos parecem fundamentais, pois revelam múltiplas dimensões da inclusão no contexto escolar. Em nossa compreensão, os dados sugerem que os esforços da produção científica brasileira caminham para consolidar

práticas curriculares que respeitem a diversidade e garantam o direito à aprendizagem de todos.

**Quadro 3** - Artigos sobre currículo e inclusão na Revista Brasileira de Educação

Ano	Volume	Número	Título do Artigo	Autores
2021	18	54	Currículo e deficiência uma análise de publicações brasileiras no cenário de Educação.	Lúcia Leite, Laura Moreira Borelli, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins.
2018	23	73	Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.	Gabriela Tannús-Valadão, Enicéia Gonçalves Mendes.
2019	24	74	Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e Novo ensino médio sob ótica das entidades acadêmicas educacionais.	Marilda de Oliveira Costa, Leonardo Almeida da Silva.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), a partir do repositório da revista Brasileira de Educação (2010-2024).

O Quadro 3 apresenta uma seleção de artigos que dialogam de forma direta com a temática central deste trabalho: o currículo na perspectiva da educação inclusiva. Os três artigos destacados foram publicados entre 2018 e 2021 na Revista Brasileira de Educação, e foram selecionados por sua relevância teórica e contribuição prática para o campo da inclusão escolar. Essa escolha reflete, de forma intencional e crítica, nosso esforço em identificar produções que tratem tanto dos fundamentos políticos e pedagógicos da inclusão quanto das implicações curriculares e metodológicas desse processo.

O artigo “Currículo e deficiência: uma análise de publicações brasileiras no cenário da Educação”, de Leite, Borelli e Martins (2021), realiza um mapeamento de como a deficiência tem sido abordada nas produções científicas brasileiras, destacando as lacunas e avanços na construção de um currículo mais acessível. Em nossa análise, essa produção é fundamental por evidenciar que, embora haja esforços

de adaptação curricular, ainda persiste uma tendência de invisibilização das necessidades específicas dos estudantes com deficiência. O artigo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre o currículo na educação inclusiva entre os anos de 2000 e 2010, a partir de uma revisão de literatura em periódicos da área da Educação disponíveis na base de dados SciELO. Foco do estudo é avaliar como o tema das adequações curriculares tem sido tratado na produção científica sobre educação inclusiva. A metodologia foi a análise de artigos usando palavras-chave como “currículo”, “deficiência”, “educação especial” e “necessidades especiais”, priorizando revistas qualificadas (A1, A2, B1, B2) no sistema WebQualis. Os resultados principais encontrados foram a produção científica sobre práticas de ajustes curriculares ainda é escassa, predominando textos teóricos e reflexivos a maioria dos artigos encontrados discute políticas públicas, reformas educacionais e formação de professores, com pouco foco em estratégias didáticas concretas. O maior número de publicações foi identificado após 2006, especialmente com as palavras “currículo” e “deficiência”. O termo “necessidades educacionais especiais” (NEE) foi pouco abordado nos artigos analisados nesse artigo. A literatura revisada mostra um vazio nas pesquisas que tratem diretamente de adequações curriculares como instrumento para a inclusão, aponta-se a necessidade de investimentos em formação docente e reorganização do ensino para atender as demandas diversas dos alunos com deficiência. Reforça-se que o currículo deve ser pensado de forma flexível, considerando a diversidade humana e combatendo práticas excludentes.

Já o texto de Tannús-Valadão e Mendes (2018), “Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países”, enriquece a discussão ao trazer uma perspectiva internacional. Acreditamos que esse artigo representa uma importante contribuição para repensar o planejamento pedagógico, uma vez que aponta boas práticas utilizadas fora do Brasil e propõe reflexões aplicáveis à realidade nacional. Sua abordagem do planejamento individualizado como instrumento de efetivação do direito à aprendizagem é especialmente pertinente ao discutir um currículo inclusivo. O artigo analisa o conceito e a prática do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da inclusão escolar, comparando como ele é adotado em quatro países: França, Itália, Estados Unidos e Brasil. Na França possui o modelo mais abrangente de PEI, que cobre todo o ciclo de vida da pessoa com deficiência, incluindo educação, saúde, trabalho, e vida social. Já nos Estados Unidos e Itália o PEI é voltado exclusivamente

à vida escolar, com foco em metas de aprendizagem e transição para a vida adulta e o mercado de trabalho. No Brasil não possui uma legislação nacional que garanta a elaboração de PEI com foco nas necessidades individuais dos alunos. Na prática, o planejamento é centrado nos serviços disponíveis (como as salas de recurso), e não no aluno. Histórico do PEI surgiu com base na ideia de que a educação deve ser adaptada às necessidades individuais dos estudantes, especialmente os do público-alvo da educação especial (PAEE). O modelo centrado na pessoa valoriza a participação da família, do próprio aluno e da comunidade escolar, e adapta o ensino às necessidades reais do estudante. O modelo centrado na instituição foca nos recursos disponíveis, muitas vezes sem considerar a individualidade dos alunos. A situação no Brasil embora haja menções ao PEI em leis estaduais e municipais, ele é pouco usado de forma efetiva, sendo tratado muitas vezes como uma formalidade burocrática. A importância do PEI quando bem feito, contribui significativamente para a inclusão escolar, pois organiza o processo de ensino e adapta o currículo para que o aluno avance com qualidade. O estudo defende que o Brasil precisa avançar na implementação de um PEI centrado no indivíduo, como ocorre em outros países, para garantir uma inclusão escolar de fato efetiva. O PEI deve ser uma ferramenta estratégica, e não apenas um documento formal, ajudando os professores a atenderem melhor às necessidades de cada aluno com deficiência.

Por fim, o artigo de Costa e Silva (2019), intitulado “Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob ótica das entidades acadêmicas educacionais”, destaca as implicações políticas da implementação da BNCC para o currículo escolar. Com base em nossa leitura, entendemos que esse artigo ajuda a contextualizar criticamente o papel das políticas educacionais na definição do currículo e seus impactos sobre a inclusão. A articulação entre democracia, equidade e currículo presente na análise reforça a ideia de que um currículo inclusivo também é, necessariamente, um currículo comprometido com a justiça social. O artigo analisa criticamente as reformas educacionais promovidas no Brasil durante o governo Michel Temer (2016–2018), com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no novo ensino médio, a partir das posições de três importantes entidades educacionais: ABdC, ANPEd e Anfope. Os autores fazem críticas sobre como as reformas foram implantadas de forma autoritarista, via Medida Provisória, sem diálogo com a sociedade, ignoraram debates acumulados no Plano Nacional de Educação (2014–2024). Houve ausência de participação democrática e

de consulta a entidades educacionais. O novo ensino médio promove a substituição de disciplinas tradicionais por itinerários formativos, favorecendo a formação técnica em detrimento da formação crítica e cidadã. Disciplinas como sociologia, filosofia, arte e educação física deixaram de ser obrigatórias. E também foi a criação da figura do “profissional de notório saber”, sem exigência de formação docente, desvalorizando a profissão docente. As reformas favorecem interesses de grupos empresariais, como a Fundação Lemann, e instituições internacionais como o Banco Mundial e o BID. A BNCC fortalece uma lógica de mercado com padronização curricular, educação a distância e testagens em larga escala, formação educacional torna-se utilitarista, voltada ao mercado de trabalho, e não ao desenvolvimento pleno do cidadão. Há risco de esvaziamento da função social da escola, aprofundando as desigualdades educacionais e promovendo uma espécie de apartheid educacional para os jovens mais pobres. As entidades analisadas defendem que as reformas da BNCC e do novo ensino médio representam um retrocesso educacional, pois desconsideram a diversidade brasileira, fragilizam o direito à educação pública e democrática, e servem a interesses privatistas. É necessário resistir a essas medidas e construir uma política curricular que valorize a formação integral, a democracia e a justiça social.

Dessa forma, esse quadro reflete não apenas uma amostra representativa da produção científica nacional sobre currículo e inclusão, mas também traduz nossas escolhas teóricas e nosso posicionamento enquanto pesquisadores(as) interessados(as) em transformar a escola em um espaço verdadeiramente para todos. As considerações aqui apresentadas são fruto de nossa leitura crítica dos artigos e do diálogo entre as evidências encontradas e os objetivos deste estudo.

**Quadro 4** - Artigos sobre currículo e inclusão na Revista Brasileira de Educação

Síntese de publicações	Quantidade
Artigos	689
Artículos	127
Articles	12
Editorial	28
Resenha	75
Dossiê	8
Documentos	6
Espaço Aberto	28
Entrevistas	9
Errutam	1
Errata	12
Interview	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), a partir do repositório da revista Brasileira de Educação (2010-2024).

O Quadro 4 apresenta uma síntese quantitativa dos tipos de publicações na Revista Brasileira de Educação entre 2010 e 2024. Observa-se que a maioria expressiva corresponde a artigos científicos (689), o que reforça o caráter acadêmico e investigativo da revista. Em seguida, destacam-se as publicações em espanhol (artículos) e inglês (articles), evidenciando seu alcance internacional. As demais categorias como editoriais, resenhas, dossiês e entrevistas contribuem para a diversidade editorial, embora em menor escala. Esses dados evidenciam a predominância da pesquisa empírica e teórica como foco da revista no período analisado.

**Quadro 5** - Número de publicações de artigos/resenhas

Ano da Publicação	Artigos	Resenhas
2010	32	9
2011	27	3
2012	28	5
2013	39	4
2014	38	4
2015	38	4
2016	40	6
2017	58	3
2018	64	9
2019	40	3
2020	42	7
2021	52	5
2022	69	2
2023	57	2
2024	65	9
<b>Total</b>	<b>689</b>	<b>75</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), a partir do repositório da revista Brasileira de Educação (2010-2024).

O Quadro 5 apresenta a distribuição anual das publicações de artigos e resenhas na Revista Brasileira de Educação entre os anos de 2010 e 2024. Observa-se um predomínio absoluto dos artigos em todos os anos, o que evidencia a ênfase da revista na veiculação de pesquisas científicas e produção acadêmica original.

Entre os dados, destaca-se o ano de 2022, com o maior número de artigos publicados (69), seguido por 2024 (65) e 2018 (64), o que pode indicar um aumento

da produção ou da demanda por publicação nesse período mais recente. Já o ano de 2011 teve o menor número de artigos (27), possivelmente refletindo um estágio inicial de consolidação da revista ou mudanças editoriais naquele ano.

Quanto às resenhas, embora em número significativamente menor (totalizando 75 em 15 anos), seu volume varia moderadamente ao longo do tempo. Os anos de 2010, 2018 e 2024 se destacam com 9 resenhas cada, enquanto 2022, 2023 e 2021 apresentam menor volume, com apenas 2 ou 5 resenhas. Essa variação pode estar relacionada ao perfil editorial ou ao interesse da comunidade acadêmica por esse tipo de produção.

De forma geral, os dados revelam uma constância na publicação de artigos como prioridade da revista, com as resenhas figurando como complemento relevante, mas secundário, na composição editorial. A análise permite compreender a dinâmica de produção e os focos editoriais da Revista Brasileira de Educação, reforçando sua identidade como veículo de divulgação científica voltado majoritariamente à pesquisa educacional original.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo analisar o papel do currículo na escola inclusiva a partir de uma perspectiva crítica e integradora, considerando as contribuições teóricas e os dados empíricos extraídos de publicações da Revista Brasileira de Educação entre os anos de 2010 e 2024. A partir da análise de artigos selecionados e da produção editorial da revista, foi possível perceber que, embora o discurso da inclusão esteja amplamente difundido nas políticas educacionais brasileiras, sua materialização por meio do currículo ainda apresenta desafios significativos. O currículo, enquanto construção cultural, política e social, é um dos principais instrumentos para garantir a efetivação de uma educação inclusiva, pois orienta práticas pedagógicas, define conteúdos e regula formas de avaliação. No entanto, a análise dos artigos identificados evidencia que ainda há uma lacuna entre os princípios da inclusão e sua transposição para os currículos escolares. Os estudos analisados destacam a importância do planejamento educacional individualizado, da flexibilização curricular e da escuta ativa dos sujeitos com deficiência como elementos fundamentais para a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas.

O Quadro 3, que sintetiza três artigos diretamente relacionados ao tema, demonstra que as produções sobre currículo e inclusão ainda são pontuais dentro da revista, o que sugere a necessidade de maior investimento em pesquisas que abordem a interface entre esses dois campos. Apesar da relevância do tema, o número reduzido de publicações específicas sobre currículo inclusivo pode indicar que, no cenário acadêmico, essa discussão ainda é incipiente ou diluída em outros enfoques mais amplos sobre educação especial e políticas educacionais. Por outro lado, o Quadro 4 evidencia a robustez da produção científica da Revista Brasileira de Educação, com 689 artigos publicados no período analisado. Apesar disso, o número de publicações com foco direto no currículo inclusivo é extremamente modesto, o que reforça a percepção de que o tema demanda maior centralidade nos debates acadêmicos e editoriais. Já o Quadro 5, ao apresentar a evolução da produção de artigos e resenhas ao longo dos anos, revela um crescimento constante na publicação de artigos, especialmente a partir de 2017. Esse crescimento indica o fortalecimento da revista como espaço de disseminação científica, o que poderia ser melhor aproveitado para aprofundar discussões sobre a inclusão educacional a partir de uma perspectiva curricular.

Como complemento às considerações finais deste trabalho, é importante destacar que os quatro quadros analisados não apenas sustentam os argumentos teóricos apresentados, mas também traduzem, de forma concreta e objetiva, o panorama atual da produção acadêmica sobre currículo e inclusão escolar. Eles reforçam que, embora haja avanços significativos no campo das publicações e no reconhecimento da importância de práticas pedagógicas inclusivas, ainda persiste uma lacuna considerável quanto à centralidade do currículo nas discussões educacionais. Esses dados nos convidam a uma reflexão urgente: para que a inclusão deixe de ser apenas um ideal presente em documentos oficiais e discursos institucionais, é preciso investir em estudos e práticas que dialoguem diretamente com o cotidiano escolar. O currículo deve ser pensado não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento dinâmico de transformação social, capaz de romper com lógicas excludentes e de promover, efetivamente, uma educação que acolha, valorize e responda às múltiplas realidades dos sujeitos que compõem a escola. Portanto, os quadros apresentados não são apenas elementos ilustrativos, mas constituem-se em evidências que reforçam a necessidade de um compromisso acadêmico, político e pedagógico mais profundo com a construção de um currículo verdadeiramente inclusivo um currículo que, mais do que representar a diversidade, a reconheça como ponto de partida para a formação humana.

Diante dos dados analisados, conclui-se que o currículo ainda não ocupa o lugar de centralidade necessário nas discussões sobre educação inclusiva. Diante de tudo o que foi discutido, compreendemos que a construção de um currículo inclusivo vai muito além de ajustes técnicos ou adaptações pontuais. Trata-se de uma escolha ética, de um compromisso político com a justiça social, com a equidade e com o reconhecimento da diversidade como riqueza pedagógica. É, sobretudo, um movimento de escuta, acolhimento e transformação para que a escola cumpra seu papel de espaço democrático e acolhedor. É fundamental que o currículo seja repensado em suas bases epistemológicas, metodológicas e avaliativas, contemplando a diversidade humana como valor e não como exceção. Além disso, a escassez de publicações na área aponta para a urgência de mais estudos e práticas que articulem, de forma concreta, os fundamentos da inclusão com a estrutura curricular. A escola inclusiva que desejamos não se faz apenas com boas intenções, mas com ações concretas que repensam profundamente a estrutura curricular, as práticas de ensino, a formação docente e o próprio papel da educação em nossa

sociedade. Um currículo verdadeiramente inclusivo não se adapta ao aluno; ele se constrói com o aluno, reconhecendo sua voz, sua história, suas necessidades e suas potencialidades. É preciso romper com a lógica da exclusão silenciosa que ainda persiste nos corredores das escolas, nos quadros de horários inflexíveis, nas avaliações padronizadas e nos conteúdos que ignoram realidades múltiplas. É preciso sonhar e agir por uma escola que enxergue cada sujeito como parte essencial do processo educativo não como exceção, mas como centro.

Cabe também enfatizar que a construção de um currículo inclusivo exige um compromisso coletivo que ultrapassa a figura individual do professor. Envolve a articulação entre os diversos atores da escola equipe pedagógica, gestores, famílias e alunos, bem como a atuação responsável e permanente do poder público. Isso significa investir em políticas educacionais consistentes, em financiamento adequado e em ações intersetoriais que viabilizem condições materiais e formativas para a efetivação da inclusão. Neste cenário, o currículo torna-se ferramenta de emancipação, e não de padronização. Ele deve abrir caminhos, e não impor trilhas. Deve provocar perguntas, e não apenas fornecer respostas prontas. Deve, enfim, dialogar com a vida. Concluímos que o desafio da inclusão curricular é permanente. Não há um modelo fechado, nem uma receita pronta. Há, sim, a necessidade de coragem para mudar, de humildade para aprender e de sensibilidade para ouvir. E é nesse caminho tortuoso, mas possível que a educação pode, de fato, se tornar o que promete: um direito de todos, vivido com dignidade, respeito e pertencimento.

Assim, este trabalho pretende contribuir para o fortalecimento de reflexões e ações que visem à construção de um currículo realmente inclusivo, capaz de atender a todos os estudantes com equidade, respeito às diferenças e compromisso com a justiça social. O avanço nesse campo exige não apenas mudanças pedagógicas, mas também um reposicionamento ético e político da escola e dos educadores frente aos desafios da diversidade e da inclusão.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação especial e inclusão escolar: história e tendências.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 27-40, 2001.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. CAMARA, LUCIANA BORELLA. **A educação na constituição federal de 1988 como um direito social.** *Revista direito em debate*, ano XXII nº 40, jul.-dez. 2013 – ISSN 2176-6622

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Financiamento da educação básica: estrutura atual e desafios futuros.** In: ROCHA, Maria Zélia Borba, PIMENTEL; Nara Pimentel (Orgs). *Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. p. 99-134. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/1147>

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.** Wakefield, MA: CAST, 2018.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 2.2.* Wakefield, MA: CAST, 2018.

Codes, Araújo, Bassi e Meira. **Uma leitura do plano nacional de educação (pne) e uma proposta para seu monitoramento.** Brasil, abril de 2017. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1205753/Uma\\_Leitura\\_do\\_Plano\\_Nacional\\_do\\_Educacao\\_PNE\\_e\\_uma\\_Proposta\\_para\\_seu\\_Monitoramento.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1205753/Uma_Leitura_do_Plano_Nacional_do_Educacao_PNE_e_uma_Proposta_para_seu_Monitoramento.pdf)

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

CORRÊA, S. S. COELHO, A. L. **O atual plano nacional de educação: uma análise das metas e estratégias para a educação básica**. Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 20, n. 1, p. 110 - 124, jan/jun., 2018

Dourado, L. F. **A institucionalização do sistema nacional de educação e o plano nacional de educação: proposições e disputas**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n°. 143, p. 477-498, abr.-jun., 2018. Disponível em: [www.scielo.br/journal/es/about/#about](http://www.scielo.br/journal/es/about/#about)

Duarte, J. C. V. **O plano nacional da educação 2014-2024**. Curitiba, 2021.

ELO, Adriana Almeida Sales de. **Aspectos da coexistência entre educação pública e privada no Brasil de hoje**. In: Rocha, Maria Zélia Borba; PIMENTEL, Nara Pimentel (Orgs.). **Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 137- 169. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1136>

FRASER, Nancy. **Reconhecimento e redistribuição: uma proposta para repensar a justiça**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 233–248, 2001.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Eliane M. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Rio de Janeiro: WAK, 2005.

<https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/abstract/?lang=pt> Lima, M. Pacheco, Z. S. T. A. **As políticas públicas e o direito à educação: programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus plano nacional de educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n°. 139, p. 489-504, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/es/about/#about>

JANNUZZI, Gilberta. **História da educação do deficiente no Brasil: a construção do presente por uma releitura do passado**. Campinas: Autores Associados, 2012.

Libânio, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em:

Machado, M. M. **Plano nacional de educação: epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n°. 145, p. 1059-1062, out.dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/es/about/#about>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Currículo na perspectiva da inclusão escolar. Revista Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1215-1232, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensino e aprendizagem na escola inclusiva.** São Paulo: Summus, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação e exclusão: o desafio da inclusão escolar no Brasil.** Belo Horizonte

Romanelli, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 37° ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Saviani, D. **A nova lei da educação.** 12° edição revista. Campinas, SP.

Saviani, D. **Da nova LDB ao Fundeb.** 4° ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

Saviani, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** 11° ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

Saviani, D. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Campinas, SP. Autores Associados, 2014. - (coleção polêmicas do nosso tempo)

Saviani, D. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual.** Educação & Sociedade, v. 34, p. 743-760, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFxGBKxVgGd4LWz4Mg/abstract/?lang=pt>

Teixeira, Maria Cristina. **O direito à educação nas constituições brasileiras.** Revista da faculdade de direito, abril de 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/viewFile/464/460>

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes